

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.828.687 - RS (2019/0220864-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**RECORRENTE** : PEDRO KLEIN  
**ADVOGADOS** : AUGUSTINHO GERVASIO GOTTEMS TELOKEN - RS028958  
DOUGLAS RAFAEL GOETZE - RS050063  
JOÃO PEDRO WEIDE - RS057079  
RENAN TELÖKEN - RS082371  
**RECORRIDO** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADO** : RAFAEL SGANZERLA DURAND - RS080026A

## DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por PEDRO KLEIN, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

*"EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRESCRIÇÃO. RECONHECIMENTO. CAUTELAR DE PROTESTO INTERRUPTIVO DE PRESCRIÇÃO. INTERESSE SOCIAL NÃO EVIDENCIADO. DECRETO PRESCRICIONAL MANTIDO.*

*1 - A causa de pedir na cautelar de interrupção do prazo prescricional manejada para dilatar o prazo para o ajuizamento de ações individuais de cumprimento de sentença coletiva reside no interesse homogêneo de que tal ocorra em nível social.*

*2 - Resta esvaziado o interesse social para o ajuizamento da cautelar de protesto interruptiva de prescrição nos casos em que são buscados cumprimentos individuais de sentença coletiva.*

*Nenhuma ofensa à súmula 601 do Superior Tribunal de Justiça porquanto o próprio Colendo Tribunal já se manifestou no sentido de que a legitimação do Parquet para a proteção dos direitos individuais homogêneos deve se assentar na relevância social da atuação (AgRg no REsp 1411444/SP), incorrente no caso.*

*APELAÇÃO DESPROVIDA"* (fl. 298 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram desacolhidos (fls. 341/352 e-STJ).

Em suas razões, além de divergência jurisprudencial, o recorrente alega violação dos artigos 489, § 1º, e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, 5º da Lei nº 7.347/1985, 6º, inciso VII, alínea "c", da Lei Complementar nº 75/1993 e 81, 82 e 83 do Código de Defesa do Consumidor.

Aduz que o Tribunal de origem incorreu em negativa de prestação jurisdicional ao deixar de enfrentar a questão referente ao fato de que a medida cautelar de protesto existiu e foi definitivamente examinada pelo Poder Judiciário, independente do Ministério Público ter ou não legitimidade para ajuizá-la.

Sustenta, em síntese, que o Ministério Público tem legitimidade para interpor a

# Superior Tribunal de Justiça

medida cautelar de protesto e, com isso, interromper o prazo prescricional para a execução individual de sentença coletiva.

Contrarrazões às fls. 489/506 (e-STJ).

O recurso foi admitido na origem (fls. 597/613 e-STJ).

É o relatório.

## **DECIDO.**

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação merece prosperar em parte.

De início, no tocante aos artigos 489, § 1º, e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, verifica-se que o Tribunal de origem motivou adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese.

Não há falar, portanto, em existência de omissão apenas pelo fato de o julgado recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão da parte.

No mais, extrai-se dos autos que a parte recorrente objetiva o cumprimento de sentença proferida nos autos da ação civil pública nº 1998.01.1.016798-9, alegando que a Medida Cautelar de Protesto proposta pelo Ministério Público interrompeu o prazo prescricional para a propositura das execuções individuais.

O Tribunal de origem negou provimento ao recurso de apelação da parte autora, manteve a sentença que reconheceu a ocorrência da prescrição no presente caso.

Eis a letra do acórdão na parte que interessa:

"(...)

*Com o trânsito em julgado da ação coletiva manejada pelo IDEC distribuída sob o nº. 1998.01.1.016798-9, passou a fluir o prazo para que os poupadores exigissem judicialmente o cumprimento do título formando na sentença coletiva condenatória. O marco prescricional fora alcançado em 27 de outubro de 2014. (...)*

(...)

*(...) não se ignora que a Lei Complementar 75/93 trata da legitimação ad causam do Ministério Público da União para manejar ações em defesa dos interesses individuais homogêneos.*

*Não se vislumbram na hipótese interesses sociais que justifiquem a atuação ministerial para a mera interrupção do prazo prescricional. A fluência do prazo para exigir do Banco do Brasil o cumprimento da obrigação apontada na sentença condenatória foi divulgada. Coube a cada um dos interessados, no prazo de cinco anos, tomar as providências a bem da defesa de seus interesses pessoais, patrimoniais e disponíveis.*

*A causa de pedir na cautelar de interrupção do prazo prescricional manejada para dilatar o prazo para o ajuizamento de ações individuais de cumprimento de sentença coletiva reside no interesse*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*homogêneo de que tal ocorra em nível social. Para efeito de cumprimento individual de sentença, a interrupção do prazo prescricional para a busca dos direitos patrimoniais individuais não alcança, na medida em que seus efeitos pressupõem, a latência dos interesses jurídicos que a autorizam e justificam.*

*Assim, a matéria, na minha visão, não reside na legitimidade, mas na intervenção de modo a atender interesses sociais enquanto coletivamente tratados. Nesse sentido, resta esvaziado o interesse social para o ajuizamento da cautelar de protesto interruptiva de prescrição no caso" (fls. 301/303 e-STJ).*

Tal entendimento, contudo, está em dissonância com o entendimento desta Corte no sentido de que, tratando-se de demanda coletiva, o prazo de prescrição para a execução individual do título pode ser interrompido pela propositura do protesto pelo Ministério Público.

A propósito:

*"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. MEDIDA CAUTELAR DE PROTESTO. AJUIZAMENTO. MINISTÉRIO PÚBLICO. INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA.*

*1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).*

*2. O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido de que na demanda coletiva o prazo de prescrição para a execução individual do título pode ser interrompido por protesto interposto pelo Ministério Público.*

*3. Agravo interno não provido."*

(AgInt no REsp 1.684.852/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/8/2019, DJe 27/8/2019)

*"AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. PRESCRIÇÃO. AÇÃO CAUTELAR DE PROTESTO. INTERRUÇÃO. MINISTÉRIO PÚBLICO. POSSIBILIDADE.*

*1. Ação civil pública.*

*2. O Ministério Público possui legitimidade para propor Medida Cautelar, visando a interrupção da prescrição do prazo para o ajuizamento da execução individual. Precedentes.*

*3. Agravo interno não provido."*

(AgInt no REsp 1.753.269/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/5/2019, DJe 29/5/2019)

Com esse mesmo entendimento, confirmam-se ainda: REsp nº 1.828.487/RS, Relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, publ. 23/09/2019; REsp nº 1.828.720/RS, Relator Ministro Moura Ribeiro, publ. 4/9/2019; e REsp nº 1.723.099/SP, de relatoria da Ministra Nancy Andrichi, publ. 19/3/2018.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial, determinando o retorno

# *Superior Tribunal de Justiça*

dos autos à origem para que seja verificada a ocorrência ou não da prescrição, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior de Justiça.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator

